

Informação ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. Grupo de Trabalho para avaliar a conveniência e oportunidade da redução da tributação de cigarros fabricados no Brasil.

Política Interna

O presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, é membro da principal força política do Paraguai, o Partido Colorado. Foi eleito em abril de 2018 e tomou posse em agosto de 2018. Antes de assumir a presidência, Mario Abdo exercia mandato de senador. À época, ascendeu como líder do Movimento Añetete – palavra em guarani que significa “verdadeiro”. Essa dissidência do Partido Colorado contrapôs-se duramente à gestão do ex-presidente Horacio Cartes, promovendo discurso mais nacionalista e associado às lideranças coloradas tradicionais. Em 2017, Mario Abdo conquistou o direito de disputar a presidência da República ao vencer o candidato de Horacio Cartes nas tradicionais plenárias do Partido Colorado.

Relações Bilaterais

As relações bilaterais entre Brasil e Paraguai atravessam momento de grande dinamismo, marcado pela sintonia de percepções políticas e econômicas. Os dois países têm assumido posições firmes em favor da manutenção do Estado de Direito, do combate ao crime transnacional e da manutenção da democracia na América do Sul. O Paraguai é, ainda, aliado importante do Brasil nos esforços de realinhamento do MERCOSUL aos propósitos originais do Tratado de Assunção, com ênfase na dinamização do mercado interno do bloco e na busca de maior ambição na agenda externa.

Mario Abdo Benítez escolheu o Brasil como seu primeiro destino internacional após sua eleição como presidente, em demonstração de que o novo governo paraguaio prioriza o relacionamento com o Brasil. Desde a posse do presidente Jair Bolsonaro, Mario Abdo foi o chefe de Estado que contou com o maior número de encontros bilaterais com o presidente brasileiro. Foram quatro encontros desde janeiro: participação de Abdo na posse presidencial de Bolsonaro (janeiro); presença de ambos os mandatários na posse do diretor-geral brasileiro de Itaipu Binacional (fevereiro); visita de trabalho do presidente Mario Abdo a Brasília (março); e lançamento da pedra fundamental da ponte da Integração, entre Foz do Iguaçu e Presidente Franco (maio).

Economia

Nos últimos anos, o governo paraguaio tem promovido a imagem de um país aberto, atraente para os investimentos estrangeiros e que vem crescendo acima da média regional. O PIB paraguaio cresceu 3,6% em 2018. Embora o percentual esteja abaixo de

projeções divulgadas pelo Banco Central do Paraguai, que estimava crescimento de 4,7%, a cifra é particularmente significativa, dada a conjuntura de baixo crescimento e de recessão no entorno regional. Tanto o governo paraguaio quanto o FMI preveem crescimento entre 3,5% a 4% em 2019.

O Brasil é o principal parceiro comercial do Paraguai e fonte essencial de investimentos. O mercado brasileiro absorve quase 1/3 das exportações paraguaias (consideradas as exportações de energia de Itaipu) e fornece quase 1/4 das importações do país vizinho, tendo o comércio bilateral em 2018 alcançado US\$ 4,1 bilhões. O Brasil mantém, ainda, o segundo maior estoque de investimentos no país, estimado em cerca de US\$ 1 bilhão ou 16% do total.

Há forte movimento de empresas brasileiras em direção ao Paraguai, atraídas por vantagens que permitem diminuir custos de produção, tais como a energia barata, o baixo custo da mão de obra e a lei de “maquila” – que concede benefícios a empresas que exportam 90% ou mais de sua produção. Mais de 80 empresas brasileiras se instalaram no Paraguai desde 2015, com investimentos diretos superiores a US\$ 200 milhões em setores tão diversos quanto embalagens, plástico, confecções, autopeças e calçados. Os investimentos brasileiros no Paraguai têm sido fundamentais para o adensamento das cadeias regionais de valor, o aumento da competitividade das empresas brasileiras e a melhora em sua capacidade de inserção no mercado internacional. Além de absorver as exportações paraguaias, o Brasil é também a principal fonte de capital para a instalação de maquilas, com aproximadamente 70% dos investimentos.

Energia e Integração Física

Na área de integração física e energética, cabe destacar a importância da usina hidrelétrica de Itaipu para o relacionamento bilateral. A Itaipu Binacional é líder mundial em produção de energia limpa e renovável, sendo responsável por aproximadamente 15% da energia consumida no Brasil e por 86,4% do consumo paraguaio. A construção da usina foi integralmente financiada pelo governo brasileiro, em grande medida através de endividamento externo. O investimento garantiu ao Paraguai energia limpa e barata, muito acima do seu consumo anual, que propiciou, nas últimas décadas, crescimento sustentado da economia paraguaia.

No atual momento, Brasil e Paraguai preparam-se para a renegociação do anexo financeiro ao Tratado de Itaipu, que deverá ser revisto quando a dívida para a construção da usina houver sido quitada. O cronograma de pagamento encerra-se em 2023, ano em que o Tratado de Itaipu completa 50 anos de existência.

Na área de infraestrutura, há três projetos de pontes rodoviárias internacionais, em estágios distintos de implementação.

A ponte da Integração, entre Foz do Iguaçu e Presidente Franco, será custeada pela margem brasileira de Itaipu Binacional. Sua construção possibilitará destinar a Ponte da Amizade, construída em 1965, unicamente ao tráfego de veículos de passeio. A nova ponte, que será usada apenas para o tráfego de carga, permitirá a agilização do escoamento da safra agrícola do Paraguai ao Brasil e do fluxo de produtos brasileiros destinados ao Paraguai. Sua pedra fundamental foi lançada em maio, pelos presidentes Mario Abdo e Jair Bolsonaro.

A ponte sobre o rio Paraguai, entre Carmelo Peralta (Alto Paraguai) e Porto Murtinho (Mato Grosso do Sul), será custeada pela margem paraguaia de Itaipu e integrará o Corredor Rodoviário Oceânico, ligando o Centro-Oeste do Brasil e o Paraguai aos portos do norte do Chile.

Uma terceira ponte, sobre o rio Apa, cujo acordo ainda se encontra em tramitação nos dois Congressos, ligará Porto Murtinho a San Lázaro (Concepción). O acordo prevê o custeio integral da ponte pelo governo paraguaio. A ponte será fundamental para a interconexão rodoviária entre o Mato Grosso do Sul e o porto fluvial de Concepción, na zona central do Paraguai. A construção da ponte permitirá, ainda, importar calcário produzido no centro-norte do Paraguai, o que reduzirá o custo de insumos agrícolas no Brasil.

Combate ao Crime Organizado Transnacional

Brasil e Paraguai compartilham mais de 1.330 quilômetros de fronteira, em sua maior parte “fronteira seca”. As zonas fronteiriças são alvo da atuação do crime organizado transnacional. O Paraguai é o principal exportador de maconha e armas para o Brasil, e o Brasil importante mercado consumidor e ponto de passagem para terceiros mercados.

A radicação do PCC e do Comando Vermelho em território paraguaio, sobretudo na fronteira, é objeto de grande preocupação para as autoridades paraguaias. As facções brasileiras têm expandido sua ação criminosa, passando da mera intermediação do tráfico de drogas para investir e dominar o ciclo completo de produção local, transporte, comercialização das drogas no Brasil, além de sua “reexportação” para terceiros mercados.

Têm sido registrados importantes avanços na cooperação bilateral em segurança e no combate a ilícitos transnacionais, na forma da prisão de criminosos, apreensões de

armas e drogas e erradicação de cultivos. O governo paraguaio tem buscado o auxílio brasileiro para estruturar seu serviço de inteligência e capacitar suas forças de segurança, o que vem sendo atendido. São permanentes os contatos entre autoridades brasileiras de segurança pública e inteligência.

Desde 2018, o Paraguai tem adotado a prática de acelerar os trâmites internos para expulsão de criminosos brasileiros de alta periculosidade. O Governo paraguaio tem baseado as expulsões administrativas na condição migratória irregular dos detentos, que são entregues à Polícia Federal brasileira.

A Polícia Federal também tem cooperado com órgãos paraguaios responsáveis pelo combate ao contrabando e descaminho, o que resultou, a partir do final de 2018, em maior número de operações para desmantelar esquemas de remessa de cigarro para o Brasil, especialmente na região fronteiriça de Salto del Guairá.

O Brasil tem feito gestões para formalizar os comandos bipartites localizados nas áreas fronteiriças de Salto del Guairá – Guaíra e Pedro Juan Caballero – Ponta Porã. Além disso, o governo brasileiro propôs, em novembro de 2018, projeto de Acordo de Cooperação Policial Fronteiriça, que se encontra em apreciação no âmbito do Mercosul.

No governo de Horacio Cartes, notava-se certa relutância das autoridades locais para lidar com o tema de contrabando, uma vez que o então presidente era proprietário da maior empresa produtora de cigarros do Paraguai, a TABESA. Embora Mario Abdo Benítez seja do mesmo partido do ex-presidente, eles compõem alas distintas do Partido Colorado. Existe, no atual governo, um compromisso que vem desde a campanha eleitoral no sentido de combater a criminalidade de modo geral. No entanto, resistências à pauta persistem no Legislativo. Em 1º de junho de 2019, o Senado paraguaio rejeitou projeto de aumento de impostos na produção de cigarros, que elevaria a alíquota atual de 18% a uma faixa de 30% a 40%.

Em dezembro de 2018, o governo paraguaio tomou a decisão de aderir ao Protocolo para a Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco, instrumento ao amparo do Convênio Marco da Organização Mundial de Saúde para o Controle de Tabaco, do qual o Paraguai faz parte. O protocolo deverá seguir para apreciação e votação no Legislativo paraguaio. Na conferência de imprensa a respeito do tema, a titular Secretaria de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (Seprelad), Maria Epifania González, assinalou que a aplicação do protocolo interessa à Seprelad na medida em que a diminuição do contrabando de cigarros tem o potencial de afetar as atividades de lavagem de dinheiro resultantes do comércio ilegal. Esclareceu, ademais, que a luta contra o

contrabando “não será direcionada a uma empresa em específico, mas a todo o setor do tabaco”.

Apesar das divergências entre o Executivo e o Legislativo paraguaio, o atual contexto é bastante propício para o andamento de projetos bilaterais de combate à criminalidade transnacional, seja por meio de iniciativas já consolidadas, seja por meio de novos projetos.

DAM II, 10/06/2019.